

IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



RESUMOS DOS TRABALHOS

DIA DA APRESENTAÇÃO: 25/10/2022

HORÁRIO: 14:00 – Remoto

O MST NA LUTA SOCIAL POR EDUCAÇÃO: A ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

Arquimedes do Amaral

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

advarquimedes@gmail.com

Eixo Temático: 03 - Luta pela terra e educação dos movimentos sociais do Campo.

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo sistematizar a história da constituição da Escola Itinerante Herdeiros de Porecatu, localizada no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu no Paraná a partir de fontes primárias. O estudo foi realizado tendo como método o Materialismo Histórico-Dialético, tomando como fontes primárias a análise de documentos tais como produção bibliográfica do próprio Movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática. A originalidade da pesquisa é definida pela utilização de fontes primárias que partiram da observação “in loco” no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, quando estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registro destas observações e com a realização de entrevistas, a partir do que foi possível recuperar a memória dos protagonistas da instalação desta escola. Este estudo foi importante para a preservação da história de uma escola desenvolvida no interior de um movimento social, que organiza e trabalha com camponeses sem-terra discriminados pela mídia e pelas elites. Portanto, a proposta da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, vai além da educação em sentido estrito isto é, voltada para a formação individual mediante a aquisição de competências e conhecimentos formais, mas se articula à luta pela terra como projeto de desenvolvimento social para o campo; ou seja, se articula diretamente com as lutas populares pela Reforma Agrária. Os dados coletados permitiram concluir que esta escola constitui um trabalho educacional de sucesso, apresentando uma organização própria e atendendo crianças na faixa de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e adultos. A dimensão didático-curricular busca contemplar os conteúdos próprios da Escola Pública Paranaense, acrescidos de conteúdos considerados necessários para a formação social e política dos integrantes do Movimento. Neste sentido, a educação popular aparece não somente, instituição educacional alternativa, mas também como instrumento político de transformação social. Assim, ela é fundamental para a compreensão da práxis dentro da organização coletiva do MST. Os resultados encontrados permitem supor que tal escola

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022

GESPEDIC



pode ser inspiradora para o enfrentamento dos problemas de escolarização de populações das cidades brasileiras, especialmente nas suas periferias.

Palavras-chave: MST, Acampamento, Luta Social por Educação, Escola Itinerante

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



INVESTIGANDO AS POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM DA ETNOMATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CÍNTIA CRISTIANE DE ANDRADE

União Brasileira de Faculdades – UNIBF/SEED - PR

andrade-cintia@hotmail.com

SALETE DA SILVA

SEED - PR

saledasilva66@hotmail.com

Eixo Temático:

Eixo 5 – Políticas públicas e educação do campo

Resumo:

No contexto da realidade vivenciada pelos alunos das escolas públicas são constantes as queixas dos estudantes, no que se refere à Matemática ensinada na escola, pois eles não conseguem enxergar um significado para sua aprendizagem, visto que, ainda hoje, ela é trabalhada de forma mecânica, baseada na resolução de exercícios repetitivos e descontextualizados, desconsiderando todo o conhecimento socialmente já produzido pelos alunos, principalmente, se for levado em conta o cenário da Educação do Campo (EC). Em face de tal situação, este trabalho se justifica devido à necessidade de se promover mudanças no ensino da Matemática, buscando oportunizar ao aluno a compreensão e a valorização dos saberes vivenciados no seu cotidiano, como parte importante do processo de construção do saber científico. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo verificar como a Etnomatemática está sendo abordada nas pesquisas envolvendo a EC, bem como, em outros contextos, utilizando-se para isto a análise documental das produções sobre o assunto, pesquisando nas bases de dados “Google Acadêmico” e “SciELO”, com o uso do termo “Etnomatemática” como palavra de busca. Posteriormente, para a catalogação dos trabalhos obtidos, foi empregada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para desenvolver a verificação dos dados obtidos, bem como, a discussão sobre estes. A partir da delimitação do *corpus* para nosso estudo, que se constituiu em 50 produções científicas, constatou-se que o principal tipo de trabalho encontrado foi o Artigo (72%). Quanto ao tipo de investigação, predominou a Pesquisa de Campo (54%), sendo que o público alvo considerado, *a priori*, como de maior interesse para a abordagem da Etnomatemática se relaciona à EC (28%), que foi ultrapassado pela subcategoria “Outros” (32%), que inclui pedreiros e costureiras, dentre outros profissionais. As publicações sobre o tema, em sua maioria vinculadas à EC, mas, também, a outros contextos passíveis de sua abordagem, convergem para a ideia de que é necessário dar maior importância ao conhecimento matemático socialmente conquistado, ou seja, deve se valorizar os saberes pré-existentes dos alunos. Diante do exposto, pode ser afirmado que esta investigação apresenta contribuição significativa para

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022

GESPEDIC



o delineamento de futuras pesquisas, pois torna possível identificar quais temáticas, envolvendo a Etnomatemática, precisam de maior atenção por parte dos pesquisadores.

Palavras-chave: Etnomatemática, Educação do Campo, Pesquisa Documental.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo

24 a 26 de outubro de 2022



CONJECTURAS E SUPOSIÇÕES DA EXISTÊNCIA DE UM MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Elias Canuto Brandão

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo – GESPEDIC-UNESPAR-CNPQ

E-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

Eixo Temático 3: Luta pela terra e educação dos movimentos sociais do Campo.

Resumo:

O estudo analisa a Educação do Campo com um olhar para o discutível “Movimento Nacional de Educação do Campo” divulgado em 2008 por meio de duas publicações intituladas de “*Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*” e “*Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção*”. Para seu desenvolvimento, analisou-se aproximadamente 40 publicações online, possibilitando uma compreender o intitulado “Movimento Nacional de Educação do Campo”. A matéria justifica-se para compreender se de fato existiu o divulgado “Movimento”, mas após dezenas de comparações e análises, o que se constata foi a existência de um conjunto de movimentações sociais no campo em nível nacional consolidadas em conferências, encontros, fóruns, seminários e reuniões, o que resultou na Educação do e no Campo. O divulgado e denominado “Movimento Nacional de Educação do Campo” não foi possível constatar, a não ser nas duas publicações de Antonio Munarim, e com ressalvas pelo próprio autor de sua própria existência. Constatou-se também que autoras e autores posteriores realizaram publicações sem verificar a existência ou não do referido “Movimento Nacional de Educação do Campo”. À exceção das duas publicações de Munarim, não foi identificado estudos confirmando a existência do denominado “*Movimento*”. O estudo conclui que o intitulado “*Movimento Nacional de Educação do Campo*” não tenha existido enquanto “Movimento Nacional de Educação do Campo”, mas ocorreram um conjunto de movimentações no campo em prol de uma Educação do e no Campo, crítica, participativa, questionadora, conscientizadora e transformadora, e que as práticas pedagógicas que acompanharam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde sua gênese foram essenciais para que no final da década de 1990 um conjunto de entidades, movimentos sociais do campo, universidades e organismos das Organizações das Nações Unidas (ONU) somassem esforços com o MST na luta por uma Educação do Campo no campo, onde as crianças, jovens e adultos residem e estudam, representados pelo I ENERA e pela I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

Palavras-chave: 2008. Educação do Campo. Movimento Nacional de Educação do Campo. Movimentações no campo.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO “ESCOLAS DO CAMPO, COMUNIDADES E UNIVERSIDADE: INTERCAMBIO DE SABERES”

JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA

Docente (Coordenador/Orientador)

Unespar - Paranaguá

joao.correa@unespar.edu.br

LUANA CARLA BERNARDO

Bolsista recém-formada em Pedagogia (Coordenadora)

Unespar - Paranaguá

lcb3012@gmail.com

VITÓRIA COSTA SILVA FERREIRA

Estudante bolsista (Pedagogia)

Unespar – Paranaguá

propriavitoriasilva@icloud.com

Eixo Temático: Eixo 5 – Políticas públicas e educação do campo

Resumo

O presente trabalho se refere às ações do projeto de extensão “Escolas do campo, comunidades e universidade: intercâmbio de saberes”, vinculado ao programa de extensão “Universidade Sem Fronteiras” (Fundo Paraná/SETI). De maneira geral, o projeto nasceu com a proposta de fazer uma aproximação da universidade – especialmente suas licenciaturas – com as comunidades camponesas do litoral do Paraná. Além do mais, o projeto também objetivou promover ações de difusão dos saberes tradicionais das comunidades e de suas respectivas escolas dando visibilidade às culturas locais. Entre as ações do projeto, destacamos: o Caderno Pedagógico sobre as Escolas do Campo do Litoral do Paraná, um material que está sendo elaborado coletivamente e pensado para ser uma ferramenta didática para uso no curso de Pedagogia, e por profissionais que atuam ou atuarão na educação do campo; a Aula Pública sobre o projeto, momento em que os bolsistas compartilharam suas experiências nas primeiras visitas as escolas e comunidades do campo; e o I Painel sobre Educação do Campo do Litoral do Paraná, um evento que levou para dentro da universidade, a cultura e as especificidades das comunidades escolares camponesas da região.

Palavras-chave: educação do campo; projeto de extensão; litoral do Paraná.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE ALUNOS/AS E PROFESSORES/AS DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA: IMPLICAÇÕES DOS LETRAMENTOS VISUAIS NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Wellington Rildo da Silva Marques
Universidade Federal de São Paulo
wellingtonrildo@gmail.com

Eixo Temático: Políticas públicas e educação do campo

Resumo: A realidade pandêmica provocada pela covid-19 e suas trágicas consequências, especificamente, no contexto educacional brasileiro foram os motivos principais que inspiraram a reflexão dessa pesquisa que tem como objetivo principal analisar as narrativas de alunos/as e professores/as do contexto da Educação do Campo com o intuito de compreender as relações de poder, de desigualdade e injustiças sociais aos quase 30 milhões da população do Campo, “incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas”, que principalmente, no auge da pandemia ficaram à margem da sociedade, silenciados e esquecidos devido à ausência efetiva de políticas públicas por parte do Estado. Partindo desses pressupostos, é importante compreender que, séculos a fio, a educação do campo foi invisibilizada e subalternizada, em virtude do processo de exclusão e marginalização, isto, desde quando o sistema-mundo inventado pela modernidade/colonialidade foi estruturado sob o paradigma lastreado pelo tripé da colonialidade do poder, do ser e do saber. Nesse sentido, a metodologia adotada na pesquisa foi de cunho qualitativo e bibliográfico, empreendida por duas operações metodológicas, primeiramente, revisão de literatura, segundo, pela sistematização de análise de material texto-visual, amparada pelos estudos dos letramentos visuais. Para tanto, como aporte teórico, a pesquisa foi delineada por estudos desenvolvidos por Caldart (2004), Ferraz (2014), Frigotto (2010), Mignolo (2008), Mizan (2018), Passeggi e Souza (2017), Quijano (2005), Sousa Santos (2007), Souza (2014), Vendramini (2018). Com o intuito de contribuir com os estudos decoloniais, o que se pretende obter como resultado é dá voz aos sujeitos silenciados e subalternizados, pretendendo dá visibilidade aos corpos marcados pela omissão e segregação, do norte global, situados no outro lado de lá das linhas abissais modernas.

Palavras-chave: Decolonialidade, Educação do Campo, Letramentos Visuais, Narrativas (auto)biográficas, Pandemia.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



DECOLONIZAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: EM BUSCA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ionah Beatriz Beraldo Mateus
Universidade Estadual do Centro Oeste
beatrizberaldo@uol.com.br

Eixo Temático1: Povos, populações e educação indígena

Resumo:

A busca para o acesso cultural e do conhecimento para todos é a motivação desse trabalho. Através de uma breve pesquisa bibliográfica pretende-se compreender se é possível, pensar e praticar uma sociedade coerente com os valores, culturas e as diferentes necessidades das pessoas. Para tanto, é preciso distanciar-se do conhecimento ocidental e da sua cultura estruturante. Tal sistema, não é capaz de responder a tal questão por ser completamente voltado a seus próprios interesses e problemas. O conhecimento moderno ocidental e sua compreensão de mundo é violento e discriminatório. Nesse contexto encontra-se o cenário atual, permeado por crises econômicas, políticas e sociais. O crescimento da xenofobia, racismo, homofobia, preconceito e intolerância. A resposta encontra-se, portanto, nos pensamentos alternativos, tecidos pelas vozes e lutas dos grupos sociais e dos subalternizados. O primeiro passo dado por eles é a negação da colonialidade que se manifesta diariamente através da hierarquização da população mundial sob os critérios de raça, trabalho e gênero. Define os papéis a serem desempenhados por cada país, povo e pessoa. A perspectiva do Pensamento Decolonial Latino Americano transforma radicalmente a concepção de modernidade e suas estruturas. É um pensamento alternativo rico em possibilidades, elaborado a partir da ótica dos grupos subalternos e dos movimentos sociais. Trata-se de uma resistência diária e histórica construída a partir das experiências e sabedorias indígenas, quilombolas, feministas, ribeirinhos e outros. As práticas transformadoras dos últimos trinta e as lutas mais avançadas foram protagonizadas pelos movimentos sociais (indígenas, camponeses, mulheres, afrodescentes, movimento sem terra e outros). Seus integrantes não habitam os grandes centros urbanos industriais, mas sim lugares remotos e distantes como a selva amazônica e os Andes sul-americanos. Os termos que orientam suas lutas não são socialistas, democratas ou desenvolvimentistas. Se respaldam na dignidade, respeito, autogoverno e o bem viver. Partem dos conhecimentos ancestrais, populares e espirituais que são alheios a comunidade científica e a teoria eurocêntrica. Trazem o repensar sobre o desperdício e a experiência coletiva. Para Souza Santos (2010) a solução encontra-se em estar simultaneamente fora e dentro do que se critica, de tal modo que seja possível uma sociologia transgressiva, capaz de se contrapor as epistemologias dominantes e validar diferentes tipos de conhecimentos a partir das práticas dos grupos sociais. A pesquisa foi realizada por meio de consulta bibliográfica e documental e se nos fundamentou nos conceitos: decolonização e interculturalidade de-

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022

GESPEDIC



envolvidos por Dussel, (2002), Escobar (2003) e Mignolo (2003). Consideramos os princípios do Materialismo Histórico Dialético para compreender as teorias e os sujeitos nas suas relações e interações com as diferentes realidades.

Palavras chave: Modernidade. Interculturalidade. Decolonização.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



O ENSINO SUPERIOR PÚBLICA PARA INDÍGENAS NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE DE DUAS DÉCADAS DA LEI Nº. 13-134/2001

NOVAK, Maria Simone Jacomini

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

maria.novak@unespar.edu.br

FAUSTINO, Rosângela Célia

Universidade Estadual de Maringá - UEM

rcfaustino@uem.br

Eixo Temático: Eixo 1 – Povos, populações e educação indígena.

Resumo:

Em 2001 foi promulgado no Estado do Paraná a Lei Estadual nº 13.134, que de forma pioneira no país destina em seu artigo 1º três vagas em todas as Universidades Públicas Estaduais. Em 2006, através da Lei estadual nº 14.955, essas vagas foram ampliadas de três para seis. Após a promulgação da Lei, ficou a cargo da SETI sua regulamentação, enquanto órgão do Governo do Estado responsável pelo Ensino Superior e para isso, formou-se a Comissão Universidade para os Índios (CUIA), atualmente denominada Comissão Universidade para os Indígenas. Essa tem entre suas funções a realizar o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná e após essa etapa do processo seletivo acompanhar os indígenas aprovados que se matriculam nas IES. Cada instituição tem normas e procedimentos próprios. Em nível estadual, acerca da permanência, há um auxílio financeiro, denominado Bolsa Auxílio ao Estudante Indígena das Universidades Públicas do Paraná. A avaliação de políticas deve ser parte constante para a tomada de decisões, sobretudo no setor público, objetivando a melhoria das ações para que atendam sempre o maior número de pessoas com transparência e equidade. Após 20 anos de política, os dados levantados por pesquisadores da área evidenciam que ainda são pequenos os índices de conclusão dos cursos e ainda elevado o índice de evasão nas universidades estaduais, necessitando assim, de sistematização e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre o acesso, a permanência, conclusão dos cursos e atuação após formados de estudantes indígenas do Paraná. A pesquisa aqui apresentada, está em andamento e cadastrada na divisão de pesquisa do *campus* de Paranavaí e aprovada pelo Comitê de Ética da Unespar. Se caracteriza como uma pesquisa documental e de campo cuja abordagem tem como recursos metodológicos a análise da documentação disponibilizada no site da SETI e das Universidades Estaduais, levantamento e análise de documentos e da produção sobre a temática, bem como entrevistas com os sujeitos envolvidos na política, visando apontar possibilidades para a melhoria dessa política no estado do Paraná. Os resultados preliminares apontam o ingresso, permanência e conclusão dos cursos no Paraná, enseja limites e dificuldades, tais como situações de

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



isolamento e desinformação, dispersão, baixo envolvimento das comunidades e das universidades com a formação superior indígena, ausência de canais de comunicação e de conteúdos relacionados à história, culturas e línguas indígenas nas disciplinas cursadas, ausência de espaços e tempo de interação, alto índice de reprovação por notas e por faltas, trancamentos de matrícula, transferências de cursos, retenção nas séries, necessidade de retorno para as terras indígenas, desistência e abandono dos cursos. Mas, mesmo com as muitas dificuldades os povos indígenas continuam lutando por esse espaço desafiador que é o ensino superior.

Palavras-chave: Indígenas Paraná, Acesso e Permanência, Ensino Superior para Indígenas, Lei 13.134/2001.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



A TEMÁTICA DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA ESCOLA: LEI 11.645/2008 E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

ADRIANA SILVA OLIVEIRA

UNESPAR

adriana.oliveira@ies.unespar.edu.br

LUCIANA REGINA ANDRIOLI

Prefeitura de Municipal de Maringá

lureandrioli@gmail.com

MARIA LUISA DA SILVA BORNIOOTTO

UNESPAR

mariaborniotto@gmail.com

Eixo Temático: Povos, populações e educação indígena

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme dispõe a Lei nº 11.645/2008, a qual altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e as orientações para a organização curricular que contemplem, especificamente, a questão indígena. Partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental, para analisar os encaminhamentos dados pela BNCC sobre a temática indígena na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica para subsidiar a organização curricular capaz de orientar o trabalho docente. Destacamos, com esse trabalho, a fragilidade em relação a essa temática na formação inicial e continuada dos professores, uma vez que a BNCC pouco contempla em suas orientações teórico-metodológicas essa temática, revelando a necessidade de entender seus encaminhamentos e a importância de buscar uma organização curricular que possibilite avançar no conhecimento da história e cultura indígena. No entanto, verificamos que os desafios da escola na atualidade para viabilizar os princípios destacados pela Lei 11.645/2008 não estão limitados somente na pouca ênfase dada na formação docente, que ainda forma professores que não se sentem preparados para lidar com a temática indígena, mas também no pouco conhecimento generalizado sobre os povos indígenas que estão associados basicamente à imagem do indígena genérico que é historicamente veiculada pela sociedade e mídia. A referida lei é um começo necessário para reivindicar e dar visibilidade a temática, como considera Baniwa (2016), assim, o fortalecimento e o respeito pela história e cultura desses povos, adequando conteúdos e práticas pedagógicas às realidades vivenciadas pelas comunidades indígenas do Brasil passam por exigir do poder público leis que realmente contribuam para essa transformação.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022

GESPEDIC



Palavras-chave: LEI 11.645/2008, BNCC, HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, FORMAÇÃO DOCENTE.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



A MÚSICA EM ESCOLAS DO CAMPO

JUARI DE SOUZA PEREIRA¹

Escola de Educação Especial APAE Santa Helena - Marilena-PR

E-mail: juari2016@hotmail.com

NEIDE BATISTA MOREIRA SILVA²

Colégio Estadual Castro Alves; Escola Municipal Monteiro Lobato – Querência do Norte-PR; Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC-UNESPAR-CNPq)

E-mail: neidebatista-1976@hotmail.com

ELIAS CANUTO BRANDÃO³

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC-UNESPAR-CNPq); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus Paranavaí)

E-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

Eixo Temático 3: Luta pela terra e educação dos movimentos sociais do Campo.

Resumo:

O artigo analisa as músicas na Educação em Escola do Campo e sua essência e importância na luta por uma educação de qualidade no campo, por meio de trabalhos que estimulem aos sujeitos na construção de sua identidade, frente os conflitos que marcam as relações sociais no campo. Objetiva socializar a importância da música no desenvolvimento do conhecimento e na formação dos estudantes, vez que pela música amplia-se os sentidos, a consciência educacional, social e cultural. Considerando o exposto, a temática justifica-se pela importância de entender as relações estabelecidas entre o tripé arte, Educação do e no Campo e a sociedade, buscando-se alternativas que fortaleçam e favoreçam a construção da identidade dos jovens através da música, de forma que compreendam a necessidade da pertença ao campo, à terra, à natureza, à agroecologia. O trabalho com a música é um desafio que resulta em descobertas interessantes e contribui no desenvolvimento da aprendizagem da criança e do adolescente. Um dos pontos importantes do trabalho com música, na escola, é garantir

¹Professor de Artes Visuais da Escola de Educação Especial APAE Santa Helena, município de Marilena - PR. E-mail: juari2016@hotmail.com.

²Professora da Educação Especial. Pedagoga no Colégio Estadual Castro Alves. Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Monteiro Lobato; Especialista em Educação do Campo, Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Especialista em Educação Especial Inclusiva. Especialista em Psicopedagogia - Práticas Interventivas. Representante do Município de Querência do Norte na APP-Sindicato – Núcleo Sindical de Paranavaí. E-mail: neidebatista-1976@hotmail.com

³Doutor em Sociologia; Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Paranavaí-PR; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC-UNESPAR-CNPq); Integrante da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo. E-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo

24 a 26 de outubro de 2022



que exista uma relação direta entre as atividades de produção e apreciação artística. Os benefícios de uma boa iniciação musical estende-se a todas as áreas da aprendizagem. A música é aliada no ensino/aprendizagem e ajuda o estudante afinar a sensibilidade, aumentar a capacidade de concentração, desenvolver o raciocínio lógico-matemático e a memória, além de ser um desencadeador de emoções, justificando-se que seja incentivada e desenvolvida desde os níveis elementares da escolarização das crianças. Nas escolas do campo, a música é um símbolo de luta e da militância e é trabalhada através da mística e apresentações, fazendo parte do cotidiano dos estudantes, contribuindo com a Educação do Campo, com a prática pedagógica e exercícios de recuperação das características da trajetória de vida do camponês. Em algumas escolas do campo, principalmente as que estão localizadas em áreas de assentamentos, a música é utilizada como um instrumento de construção e formação da identidade dos estudantes para que se reconheçam enquanto sujeitos responsáveis pela construção da sua própria história, além de se fazer presente em todas as culturas, trazendo benfeitorias e qualidade de vida a quem a pratica. A música em sala de aula, favorece a integração entre educador/educando e educando/educando. O conhecimento sistematizado na área da música oportuniza aos sujeitos do campo possibilidades idênticas de direitos, mesmo que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais. Desta forma, pensar a aprendizagem de música como ato educativo na escola do campo, exige esforço pedagógico dos educadores, vez que transforma a escola e aqueles que dela fazem parte.

Palavras-chave: Música, Educação do Campo, Educador/educando, Luta.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



A PROFESSORA E A ESCOLA ANA FRANCISCA DE ANDRADE NA COMUNIDADE DE PIRACEMA, PARANAVAÍ/PR

PIRES, Pérola Miranda– (CNPq)
Unespar/Campus Paranavaí
perolamiranda2001@gmail.com

STENZLER, Márcia Marlene
Unespar/Campus Paranavaí
marcia.stenzler@unespar.edu.br

Eixo 5 – Políticas públicas e educação do campo

Resumo:

Este trabalho é resultado de pesquisa de projeto de iniciação científica, desenvolvido junto ao curso de Pedagogia da Unespar, campus de Paranavaí, entre 2020 e 2022. Objetivamos conhecer a história da escola municipal de Piracema, criada pela Lei municipal n. 137, de 14 de julho de 1956, assim como da Professora Ana Francisca de Andrade. A escola funcionou até o ano de 2012, quando foi fechada pelo município e seus alunos foram transferidos para outras escolas próximas. Para compreendermos o seu papel e aspectos da história da professora Ana Francisca de Andrade, trabalhamos numa perspectiva da pesquisa a partir da história social e educacional, bem como sobre o trabalho das mulheres como Ana Francisca de Andrade, que deixou o seu legado para a educação. Entre os autores que alicerçam a investigação estão Roger Chartier (1990) e Jacques Le Goff (2002), os quais abordam a história social e as representações sociais. Ao longo de sua existência, a prática na escola foi organizada com base na LDB n. 4024/61, Lei n. 5692/71 e LDB n. 9394/96. Em 1971 esse modelo de ensino se transformou e gradativamente várias escolas dessa natureza passaram a ser fechadas em diferentes localidades. A história de Ana Francisca de Andrade se confunde com outras histórias de mulheres professoras daquele período. Contudo, sua marca na comunidade foi mais profunda, uma vez que após seu falecimento, teve eternizado o nome na instituição em que ela trabalhou. Na pesquisa trabalhamos com dados informados por cinco entrevistados, cujas entrevistas foram feitas presencialmente, ou *online*. Essas pessoas ficaram felizes em relatar sobre a escola. Utilizamos também fotografias como fontes da pesquisa e trabalhamos com um grupo do *facebook*, reunindo ex-alunos e pessoas da comunidade. Ana Francisca de Andrade foi uma referência para a escola na comunidade. O seu trabalho, assim como de outras professoras, foi fundamental para a existência de escolas públicas em comunidades do interior. Ela foi uma mulher singular. Sua memória ainda é viva, pois os entrevistados nutrem carinho e lembranças de seu trabalho.

Palavras-chave: Escola rural, professora, legislação.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



USO DE AGROTÓXICOS E RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES

Valdirene Soares dos Santos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
E-mail: socyovall@gmail.com

Eixo Temático: Eixo 4 – Educação agroecológica e desenvolvimento sustentável.

Resumo:

O Brasil há dez anos é líder mundial no uso de agrotóxicos, os alimentos como hortaliças, frutas e leguminosas utilizam 7,3 litros de agrotóxicos por habitante anualmente, (Abrasco, 2017). **Objetivo:** verificar os estudos sobre os efeitos da exposição crônica e simultânea a diversos agrotóxicos. **Justificativa:** Com advento das tecnologias houve avanços significativos para agricultura, mas também gerou resultados negativos, pois, cerca de um milhão de pessoas intoxicadas por agrotóxicos de 3.000 à 20.000 são levadas a óbito. Os casos de intoxicações através dos defensivos agrícolas, às vezes é descoberto muitos anos depois, devido ao efeito cumulativo e não imediato do agrotóxico na saúde humana (SCHAFFER et al., 1999). Existem dois tipos de contaminação: direta e indireta. “A contaminação direta é aquela que ocorre durante o manuseio e aplicação do agrotóxico e a indireta por meio da ingestão de alimentos ou lavagem das vestimentas utilizadas durante a aplicação, pois pode contaminar toda a família do trabalhador. **Metodologia:** O trabalho se baseou na pesquisa qualitativa a partir da análise da literatura de artigos, entre outros materiais relacionados ao tema. Os resultados mostraram que 64% dos alimentos estão contaminados por agrotóxicos, e as intoxicação por agrotóxico registrado entre 2007 à 2014 chega 34147, (Anvisa, 2013). **Resultados e Discussão:** A falta do uso do equipamento de proteção e a ausência de higiene após o contato com o agrotóxico comprometem a saúde do trabalhador rural, gerando diversas patologias evitáveis decorrentes do alto índice de agrotóxicos no organismo. Melo et al. (2014), aponta que 92% dos trabalhadores rurais que trabalham com agrotóxico usam frequentemente os Equipamentos Proteção Individuais e 8% não utilizam de maneira nenhuma o equipamento de proteção. Isto posto, é imprescindível o grau de conscientização dos trabalhadores rurais em utilizar equipamento de proteção individual adequadamente e que o intensivo uso de agrotóxicos causa efeitos nocivos ao meio ambiente. **Conclusão:** a exposição aos agrotóxicos pode causar alterações celulares e, conseqüentemente, pode estar associada a alguns tipos de câncer, como neoplasia no cérebro, linfoma não-Hodgkin, melanoma cutâneo, câncer no sistema digestivo, sistemas genitais masculino e feminino, sistema urinário, sistema respiratório, câncer de mama e câncer de esôfago.

Palavras-chave: Agrotóxicos, Alimentos, Contaminação, Saúde, Trabalhador rural.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo

24 a 26 de outubro de 2022



DISCIPLINAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UEMS, DA UNESP E DA UNESPAR: AUSÊNCIAS, PRESENCAS E SUAS SINGULARIDADES

CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA

Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Marília

claudio.rodriques-silva@unesp.br

Eixo Temático: 3 – Luta pela terra e educação dos movimentos sociais do Campo.

Resumo:

Apresentam-se, neste trabalho, dados resultantes de estudo documental e bibliográfico em andamento que analisa a oferta de disciplinas específicas relacionadas às educações do Campo, Indígena e Quilombola nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia de três universidades públicas: a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Para isso, foram consultados os Projetos Pedagógicos (Projetos) desses cursos, disponíveis na internet. A UEMS oferece cursos de Pedagogia em quatro Unidades Universitárias, além de um curso a distância. A UNESP oferece cursos em seis *campi*. Na UNESPAR a oferta ocorre em cinco *campi*. Destacam-se alguns elementos dos resultados. Considera-se, por ora, inviável um cotejamento pormenorizado de todos os aspectos das disciplinas relacionadas à temática delimitada, pois há significativas disparidades em termos de dados disponíveis nos Projetos desses cursos. A maioria dos cursos não apresenta nos Projetos disciplina(s) específica(s) cujo(s) título(s) remeta(m) diretamente ao tema em tela. Constatam-se ausências, presenças e singularidades, tanto entre cursos de cada universidade quanto entre elas. Há pontos de convergência e de divergência em relação a diversos quesitos, por exemplo, no que tange à oferta e quantidade de disciplinas, às suas nomenclaturas, cargas horárias, anos/séries, caráter obrigatório ou optativo, autores e títulos das bibliografias básicas ou complementares, objetivos, modalidade(s) etc. Há que se considerar que presente conjuntura implica a possibilidade de alterações em andamento nos Projetos desses cursos, devido, por exemplo, a eventuais adequações à BNCC ou à BNCF. Ressalta-se, entre os limites deste estudo, a necessidade da sua continuidade e do seu aprofundamento, seja para problematizações dos dados recuperados, seja para levantamento de elementos não identificados nos Projetos de alguns cursos. A formação de professores é uma instância-chave para avanços no direito dos povos originários e dos povos tradicionais a educações contextualizadas, consoantes com as respectivas culturas, como preconizam os princípios da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Modalidades da educação; Formação de professores.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



O ESTUDO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO: A QUESTÃO DAS LEITURAS

CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA

Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Marília

claudio.rodrigues-silva@unesp.br

Eixo Temático: 3 – Luta pela terra e educação dos movimentos sociais do Campo.

Resumo:

Nesta comunicação tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre a questão do estudo como princípio educativo na Pedagogia do Movimento, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST ou Movimento), enfatizando-se a questão das *leituras*. Trata-se de estudo documental e bibliográfico, pautado principalmente em textos do Movimento e de autores que se dedicam às temáticas em tela. Tanto as leituras quanto a Pedagogia do Movimento são assuntos relevantes para a área da Educação. O Movimento tem como principal objetivo a luta pela terra, por meio da reforma agrária, e também pelo direito à educação escolar, considerada tão importante quanto a terra. O MST tem uma pedagogia própria, intitulada Pedagogia do Movimento, consoante com as suas concepções de educação e de mundo, que destoa da concepção do sistema do capital, veiculada pelo currículo oficial. Dentre os principais valores que dão sustentação à sua Pedagogia estão a disciplina, o estudo e o compromisso. O MST, por intermédio de seu projeto educacional, visa a formação de quadros técnicos e políticos, para garantir a viabilidade dos assentamentos em termos político, econômico e cultural. A educação ocupa espaço estratégico, desde a gênese do processo de auto-organização dos Sem Terra. O Movimento apresenta o estudo como um dos seus princípios organizativos e educativos. Diversos documentos do MST fazem menção ou remetem, direta ou indiretamente, à questão das leituras, bem como da escrita e/ou do cálculo, conhecimentos que, para os objetivos do Movimento, são articulados entre si. O MST valoriza uma concepção de educação abrangente, que envolve os variados tipos de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade nas diversas áreas. Entretanto, a centralidade da educação escolar e dos conhecimentos técnico-científicos é recorrentemente ressaltada pelo Movimento, devido às suas especificidades e relevância, especialmente em sociedades grafocêntricas/alfabéticas, como o Brasil. Portanto, o estudo e as leituras configuram-se como *um* elemento-chave para o processo de auto-organização, autoeducação, autossustento e gestão democrática em todas as atividades do Movimento, nas esferas política, cultural e, principalmente, econômica, fundamental para a reprodução material e simbólica do Movimento.

Palavras-chave: Leituras, Formação de leitores, Educação, MST.

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo

24 a 26 de outubro de 2022



40 HORAS DE ANGICOS: A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A PERSPECTIVA FREIRIANA NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Silva, Beatriz Fernanda Almeida da
UNESPAR-Mestranda PPIFOR
biaaallmeida2227@gmail.com

STENTZLER, Márcia Marlene
Docente-UNESPAR
marcia.stentzler@unespar.edu.br

NOVAK, Maria Simone Jacomini
Docente-UNESPAR
maria.novak@unespar.edu.br

Eixo Temático: Eixo 5 – Políticas públicas e educação do campo

Resumo:

Estamos no XXI e podemos perceber que há um grande desrespeito, desprezo e abandono em relação ao analfabetismo no Brasil. Sabemos que o Ensino de Jovens e Adultos é um direito básico e está presente na Constituição, mas, não existem políticas públicas suficientes que garantam essa inclusão na educação. Paulo Freire lutou pela questão educacional. Demonstrou que alfabetizar é um processo simples, fácil e barato. Este estudo organiza-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, pautada em obras e autores que escreveram sobre a sua metodologia de educação. Estamos em um século que dispomos de tecnologias e precisamos problematizar sobre a falta de ações que ainda mantém um índice elevado de analfabetismo. Nesse sentido, temos como objetivo principal refletir sobre as memórias do projeto de alfabetização 40 Horas de Angicos e a partir dele conhecer a perspectiva Freiriana sobre a alfabetização de Jovens e Adultos. Segundo Pereira (2018), ele viveu em uma realidade onde a pobreza era predominante e as pessoas, oprimidas e exploradas. Segundo Lyra (1996), quando o projeto foi desenvolvido no estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1963, cerca de 70% da população adulta era analfabeta. Dos 30% restantes, 10% eram semianalfabetos, capazes apenas de assinar o seu nome, lembrando que a maioria dessa população era rural. O governador então decidiu chamar Paulo Freire para alfabetizar na cidade de Angicos. Segundo o autor citado, entre as razões dos participantes, os alunos queriam melhorar de vida, por isso buscavam aprender a ler e escrever; ler jornais ou a bíblia; votar ou exercer um trabalho, como motorista, entre outros. Eram trabalhadores que exerciam vários ofícios na cidade ou na roça, como por exemplo: empregadas domésticas, operários e agricultores, entre outros. Em sua metodologia valorizou a cultura local e trouxe a reflexão política para o povo que até então a desconhecia. As palavras geradoras eram utilizadas para pensar de forma individual e conjunta sobre seu verdadeiro significado, como voto e povo. Paulo

Realização:



Apoio:



IV Seminário de Educação na Diversidade do Campo

Materialidade, estudos e pesquisas em Educação do Campo
24 a 26 de outubro de 2022



Freire demonstrou que para alfabetizar, precisa apenas de incentivo, cuidado, atenção, valorização e força de vontade. Mostrou também que o conhecimento está em todo lugar, não apenas em sala de aula. Levou-nos a pensar o percurso enquanto professores. Usamos de todos os meios para alfabetizar nossos alunos? Levamos os alunos a se tornarem pessoas reflexivas e transformadoras no meio social em que vivem? Em um século em que pensar e refletir está sendo retirado dos nossos currículos, Paulo Freire, por meio de sua obra, nos convida a refletir sobre os caminhos da sociedade e o papel do conhecimento.

Palavras-chave: Paulo Freire. 40 horas de Angicos. Educação de Jovens e Adultos.

Realização:



Apoio:

